

CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DO ESPAÇO DE MAYUMI SOUZA LIMA NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA

Contributions of Mayumi Souza Lima's Space Pedagogy in the Construction of the Contemporary Inclusive School

 *Waleria Volk Magnani Rizzo*¹
<https://orcid.org/0009-0003-1899-2634>

 *Luis Octavio de Faria e Silva*²
<https://orcid.org/0000-0002-1412-6814>

 *Luiz Renato Martins da Rocha*³
<https://orcid.org/0000-0002-2884-4956>

RESUMO

O artigo apresenta uma abordagem participativa na construção do conforto ambiental do Público da Educação Especial (PEE) matriculado na rede regular de ensino. Propõe o interseccionamento da Pedagogia do Espaço (PdE), criada pela arquiteta Mayumi Watanabe Souza Lima, com os fundamentos da educação especial e inclusiva, numa abordagem híbrida entre arquitetura escolar e inclusão. A pesquisa baseia-se em análise documental incluindo, bibliografia, relatórios da arquiteta durante sua atuação na Conesp e a experiência piloto realizada durante a Ditadura Militar. Como estudo teórico em construção, ainda não há aplicação prática, prevista para etapa posterior. Conclui-se que

¹ Mestranda no programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu
E-mail: uirapuru.projeto@gmail.com, mãe de gêmeos com síndrome de esclerose tuberosa e autistas, bolsista CAPES.

² Prof. Dr. no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PGAUR) da Universidade São Judas Tadeu (USJT) orientador no campo da arquitetura e urbanismo.

³ Prof. Dr. na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), orientador no campo da educação especial e inclusiva na especialização da UFABC.



a PdE pode ser uma ferramenta poderosa na inclusão do PEE, para além da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que por vezes o acolhe no contraturno escolar.

Palavras-chave: Arquitetura escolar. Educação Inclusiva. Pedagogia do espaço.

ABSTRACT

The article presents a participatory approach to constructing environmental comfort for the Special Education Public (PEE) enrolled in the regular education system. It proposes the intersection of the Pedagogy of Space (PdE), created by architect Mayumi Watanabe Souza Lima, with the foundations of special and inclusive education, in a hybrid approach between school architecture and inclusion. The research is based on documentary analysis, including bibliography, reports from the architect during her tenure at Conesp, and the pilot experience conducted during the Military Dictatorship. As a theoretical study in development, there is still no practical application, planned for a later stage. It is concluded that PdE can be a powerful tool for PEE inclusion, beyond the Multifunctional Resource Rooms (SRM), which at times accommodate them during extracurricular hours.

Keywords: School architecture. Inclusive education. Space pedagogy.

Introdução

Na busca por uma perspectiva espacial e coletiva na qualificação do conforto ambiental do Público da Educação Especial (PEE)⁴, em ascensão nos ambientes escolares da rede regular de ensino brasileira, pertencente ao grupo das 'deficiências invisíveis'⁵. O presente artigo propõe divulgar um estudo em andamento que cruza a Pedagogia do Espaço (PdE) da arquiteta Mayumi Watanabe Souza Lima⁶, uma abordagem humano-espacial, aos fundamentos da educação especial e inclusiva na perspectiva biopsicossocial da deficiência, por meio da interseccionalidades das áreas supracitadas. Tal modelo enfatiza a consideração das barreiras e a atuação sobre elas, ao invés de focar exclusivamente no diagnóstico da Pessoa com Deficiência (PcD). Nessa visão, a deficiência é vista não apenas como uma condição médica, mas como o resultado da interação entre as limitações do sujeito e as barreiras físicas, sociais e

⁴ "Considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 2011).

⁵ Refere-se a condições que não são imediatamente perceptíveis, diferente das deficiências visíveis, fato que pode levar à falta de compreensão, reconhecimento e apoio adequado no compartilhamento de espaços coletivos.

⁶ Passaremos agora a chamá-la de Lima.

atitudinais presentes na sociedade e na escola, espaço que passamos grande parte de nossas vidas (Brasil, 2015).

A Pedagogia do Espaço, doravante denominada PdE, metodologia experimentada pela primeira vez numa experiência piloto na Escola Estadual João Kopke no período da Ditadura Militar, busca transformar entre outros aspectos “[...] a transmissão vertical de conhecimento padronizado entre professores e o disciplinamento de corpos dos alunos em sala de aula” (Herling, 2021, p. 4), neste sentido, propomos revisitar a abordagem participativa como caminho na redução das diversas barreiras presentes em ambientes coletivos, contribuindo a partir de sua aplicação, na construção da escola inclusiva-participativa, com vistas principalmente, mas não só, à qualificação da permanência do PEE.

Pretende-se nessa escrita, apresentar aos leitores(as) os princípios que guiaram Lima a desenvolvê-la, registrados na literatura e nos relatórios elaborados durante sua atuação nos setores responsáveis pela qualificação dos espaços educativos nas esferas municipal, estadual e federal. Não é objetivo do artigo apresentar a sequência didática básica norteadora da PdE, tarefa que será realizada em outra etapa da pesquisa. Aqui iremos apresentar a criadora, sua abordagem espacial, o contexto sociopolítico em que atuou e, ao final, apontar algumas hipóteses sobre os benefícios do uso de sua metodologia na preparação participativa dos usuários coletivizados da arquitetura escolar⁷, objetivando criar a rede de apoio à educação inclusiva do PEE para além da Sala de Recurso Multifuncional (SRM), que hoje é entendida, de forma distorcida por alguns docentes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PNEEPEI) garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no contraturno, ambiente organizado para as necessidades específicas do PEE. Sem dúvida um marco no atendimento a este público que

⁷ O termo usuários coletivizados aparece no início do primeiro livro de Lima: “A Cidade e a Criança”, publicado em 1989 pela editora Nobel. O termo se refere à categoria de pessoas que fazem uso de espaços compartilhados como hospitais, escolas, e outros equipamentos públicos (inclui neste gênero os conjuntos habitacionais populares).



historicamente era atendido de forma segregada em escolas especiais do terceiro setor, ressaltando ainda que muitos sequer acessavam qualquer tipo de instituição de ensino para seu desenvolvimento. Nossa preocupação aqui é utilizar a PdE como ferramenta que colabore na capacitação do olhar inclusivo de toda a comunidade escolar, para as necessidades adaptativas espaciais desse público durante o turno, tempo em que permanece no ambiente escolar por mais tempo, visto que na SRM o PEE permanece somente uma hora e meia, uma vez por semana no contraturno escolar, isto quando acessa o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deveria ser, a nosso ver, um atendimento transversal ofertado durante toda a sua permanência na escola. Nesse sentido defendemos a PdE como mais uma abordagem que contribui na qualificação e implantação do AEE no turno escolar. Lembrando que segundo a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Portanto, defendemos que a PdE se relaciona diretamente a necessidade urgente de agir em rede sobre as barreiras que impedem o conforto ambiental do PEE matriculado na rede regular de ensino. Tendo como pergunta-problema norteadora: pode a Pedagogia do Espaço ser reeditada na contemporaneidade para qualificar a formação de docentes, discentes e da comunidade escolar como um todo em educação especial e inclusiva, além de servir como instrumento de apoio à criação coletiva da ambiência adequada ao PEE durante sua permanência na arquitetura escolar?

Materiais e Métodos

A pesquisa apresentada caracteriza-se como um estudo de natureza documental e bibliográfica, com o objetivo de explorar uma abordagem inovadora que conecta a "Pedagogia do Espaço", desenvolvida pela arquiteta e educadora Lima, aos fundamentos



da educação especial e inclusiva. A metodologia do estudo parte de uma revisão aprofundada da literatura existente, abrangendo textos fundamentais sobre a trajetória de Lima, como a dissertação de Buitoni (2009), e publicações que documentam seu método participativo de construção de soluções (Lima, 1986, 1989, 1995). Também são utilizados artigos e livros que abordam conceitos de eliminação de barreiras, inclusão do PEE na perspectiva biopsicossocial e arquitetura sensorial, como os trabalhos de Kumada, Souza e Pagaimé (2022), Bezerra (2020), Vilaronga & Mendes (2014), Rodrigues, Capellini e Santos (2014), e arquitetura e sensorialidade na visão de Pallasmaa (2011). Por tratar-se de uma investigação teórica em desenvolvimento no âmbito de um mestrado, não há, neste momento, uma aplicação prática da proposta. No entanto, prevê-se que essa etapa prática ocorra como parte dos desdobramentos futuros, possivelmente no doutorado, visando testar e sistematizar a aplicabilidade da metodologia na qualificação da ambiência escolar, com foco na permanência e inclusão do PEE na rede regular de ensino brasileira, para além do espaço tradicional das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Adicionalmente, a ausência de envolvimento direto com seres humanos ou coleta de dados sensíveis dispensa este estudo das questões éticas relacionadas à aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Resolução CNS nº 510/2016.

Discussão - A Pedagogia do Espaço: trajetória e princípios de uma arquiteta que ouvia as crianças

Mayumi Watanabe Souza Lima (1934-1994) foi a única mulher a integrar o movimento de arquitetura nova no Brasil, vertente que nasceu dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) nos anos sessenta e que se dedicou a afirmar a função social do arquiteto e a importância da participação dos usuários nas decisões sobre o projeto arquitetônico, sobretudo na rede de equipamentos sociais (escolas, creches, rede de atendimento de saúde etc.) e em projetos de oferta de moradias populares para a classe trabalhadora brasileira.



Sua trajetória profissional como arquiteta e educadora⁸, portanto, compõe um conjunto único e singular: projeto construtivo e posição política em defesa da qualidade dos equipamentos públicos, com foco na participação ativa dos usuários coletivizados nos processos decisórios que afetam diretamente a qualidade de sua permanência, principalmente na arquitetura escolar, área que a arquiteta dedicou a maior parte de sua vida.

Ela pode ser chamada de, *a arquiteta que ouvia as crianças*, devido ao seu engajamento e respeito a essa parcela da população usuária dos equipamentos que projetou ou supervisionou. Registros doados à Fundação Perseu Abramo⁹ pela família após sua morte, guardam minuciosos registros de sua trajetória profissional no planejamento, ampliação e qualificação da rede de equipamentos sociais voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.

[...] desenvolveu um conjunto vasto de trabalhos e documentos acerca do planejamento da rede escolar para instituições dos três níveis de governo: federal (Ministério da Educação e Cultura –MEC), estadual (Fundação Estadual de Construções Escolares –Fece, Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo –Conesp e Secretaria do Estado da Educação –SEE/FDE) e municipal (Departamento de Edificações –Edif e Empresa de Urbanização de São Paulo –Emurb). (Buitoni, 2009, p.25)

Os relatórios mostram detalhes de sua abordagem participativa como gestora pública, sendo possível observar nos documentos armazenados no Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, os esboços das recomendações dirigidas a profissionais da arquitetura e da educação sobre a importância do envolvimento dos usuários nos processos decisórios referentes ao espaço a eles destinados. Enquanto gestora pública, utilizou sua posição de poder no desenvolvimento e sistematização de sequências didáticas norteadoras, do que chamou de práticas democrático-participativas, em contraposição a outro termo cunhado por ela: as práticas democrático-autoritárias¹⁰ que silenciosamente se impõe dentro de arquiteturas públicas.

⁸ Atuou na concepção curricular e lecionou na Universidade de Brasília (UnB) de 1961 a 1964 tendo sido destituída do cargo durante o golpe militar. Esteve à frente da criação e qualificação curricular de diversos cursos universitários de arquitetura e urbanismo em seu país. Defende uma arquitetura escolar participativa o que a distingue de tantos outros(as) arquitetas(os) existentes no Brasil.

⁹ Dados obtidos durante a revisão bibliográfica de Buitoni (2009) a primeira dissertação de mestrado que organizou todos os dados de sua trajetória.

¹⁰ Termo criado por ela encontrado num relatório na caixa 25.



Desenvolveu oficinas de interação social utilizando atividades lúdicas, exercícios para analisar o espaço físico construído a partir de fotografias produzidas pelos participantes ou retiradas de diversos suportes, intervenções com desenho e colagem sobre a planta da escola, jogo teatral, atividades de consciência georreferencial sobre a localização do edifício escolar no bairro e outras ações de sensibilização necessárias para garantir a participação e a formação da percepção espacial consciente dos estudantes. Sensibilizou-os tanto para os aspectos materiais da arquitetura quanto para a sua imaterialidade, resultante das relações humano-ambientais da ocupação.

[...] preocupava-se, por exemplo, com os símbolos gráficos que colocava na porta da sala de aula de uma escola. Através de um material gráfico ela criava um canal de comunicação com os alunos. Ao mesmo tempo, através de um procedimento didático, ela educava as crianças. É um processo de mão dupla: através do espaço ela educava as crianças e através da educação ela revelava o espaço. (Buitoni, 2009, p.13)

É importante ressaltar aos profissionais da educação que pretendem experimentar essa metodologia como mais uma ferramenta de apoio à educação inclusiva, seja a equipe gestora, professor(a) de classe comum ou profissional responsável pelo AEE, que a PdE é sempre uma pesquisa-participante guiada pelos princípios do participacionismo e não deve ser replicada como uma receita. Isso significa afirmar que há uma sequência didática mínima traçada como caminho, mas que em cada território/realidade/situação/tipo de clientela e necessidade, ela precisará ser recriada. Não há uma regra sobre o que usar e o que descartar durante o processo e todo o planejamento das ações passa necessariamente pela avaliação diagnóstica que é única para cada escola.

De acordo com Lima, é fundamental considerar que o maior desafio na implementação da abordagem espacial reside no preconceito e na falta de conhecimento dos docentes sobre arquitetura escolar. Além disso, observa-se um autoritarismo institucional que afeta todos os usuários que ingressam posteriormente na estrutura arquitetônica. É como se a ocupação prévia de um espaço garantisse o direito perpétuo de decisão, sempre sob a perspectiva do primeiro ocupante. Além dos fatores previamente mencionados, segundo a autora, há um fator adicional que impede a



consideração da arquitetura. Esse fator reside na crença dos profissionais da educação de que o ambiente físico não exerce influência significativa no desenvolvimento dos alunos e nas relações de ensino e aprendizagem. Esse ponto de vista foi corroborado por um trecho de um relatório elaborado pela arquiteta durante sua atuação como supervisora da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) no período de 1975 a 1987 como segue:

Nunca se conseguiu apoio para a ideia de que o prédio escolar tem de ser entendido como parte integrante dos meios necessários para a realização das ações pedagógicas e nessa condição – muito particular – não pode ser confundido com o projeto e construção de um estabelecimento de automóveis. Apenas no período 74-75 foi possível introduzir o trabalho sistemático de planejamento das unidades escolares, em função de uma proposta pedagógica com a CENP, logo interrompida com a mudança da direção deste órgão para a professora Mariotto Aida [...] e aqui enfrentamos um velho preconceito das educadoras: a de que a educação não depende dos espaços em que ela se realiza. Reforça-se esta diretiva, com exemplos de ensino bem realizados por abnegados mestres, em condições físicas precaríssimas. Ouvimos com frequência, o sucesso de alfabetização em pleno canavial urbano ou nas frentes de batalha do vietnamita; para sermos mais próximos, citam-se casos de escolas rurais, perdidas em fazendas do interior paulista, em que os alunos se sentam em caixotes, mas estão alfabetizados.¹¹

Este artigo pretende apresentar os princípios norteadores registrados a partir da experiência piloto com a Pedagogia do Espaço, detalhada na dissertação de (Buitoni, 2009,) no artigo de Herling (2021) e por Lima (1979, 1986, 1989, 1995).

Ressaltamos que a abordagem original foi pensada para todos os usuários e que a estamos propondo como parte do ferramental para a construção do conforto ambiental do PEE, respeitando os princípios do Desenho Universal (DU), oriundo da arquitetura, que inicialmente foi elaborado para atender às necessidades adaptativas das populações com deficiência (PcD) e configura-se hoje como metodologia direcionada a todos os seres humanos (Gabrilli, 2017).

A partir do levantamento realizado até a presente data, é possível afirmar que a Pedagogia do Espaço tem como meta: reverter e transformar velhas práticas autoritárias e disciplinadoras praticadas pelos adultos na relação com a criança, guiadas por certos programas/crenças e/ou ações que ocorrem silenciosamente no interior das arquiteturas

¹¹ Trecho de relatório encontrado na caixa 26 durante a visita ao acervo Mayumi Souza Lima na Fundação Perseu Abramo em janeiro de 2025.

escolares e que, impedem o verdadeiro desenvolvimento do processo democrático-participativo e inclusivo na Instituição Pública Escolar Brasileira, o qual é considerado fundamental para o bom funcionamento e a manutenção da essência de todo bem público e a construção real da cidadania. (Buitoni, 2009, Herling, 2011, Lima 1979, 1986, 1989, 1995).

A primeira experiência: Escola Estadual João Kopke, 1977

Gestores públicos podem recorrer a pesquisa de campo como ferramenta para qualificar a prestação de serviços oferecidos à população. Mayumi conhecia a força da pesquisa de campo. Como docente universitária, iniciava seu currículo levando os(as) estudantes a realizarem visitas técnicas em comunidades carentes ao redor do campus universitário (Buitoni, 2009; Herling, 2021; Lima, 1995). A E.E. João Kopke proporcionou, em 1977, uma oportunidade para a realização de uma pesquisa de campo que nortearia o desenvolvimento de sua pedagogia. A experiência é considerada emblemática por ter proposto a criação de uma metodologia participativo-espacial em plena ditadura militar, caracterizada por uma gestão centralizada, hierárquica e autoritária, com pouca ou nenhuma abertura ao diálogo com os cidadãos, sendo inclusive considerada um regime de exceção. Naquele momento, essa metodologia coletivo-participativa foi um avanço significativo, mas ainda hoje, é pouco assimilada nas escolas, que historicamente são comandadas por sistemas hierárquicos centralizados e relutantes em estabelecer um diálogo efetivo com os usuários coletivizados dos equipamentos públicos.

Essa resistência institucional persiste, dificultando a adoção de práticas mais inclusivas e democráticas nas instituições de ensino. A manutenção de um modelo autoritário e não dialógico impede a construção de um ambiente educacional mais aberto e colaborativo, essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e para a verdadeira participação de todos os membros da comunidade escolar na construção da rede de apoio à educação especial e inclusiva que hoje compõe o quadro de serviços destes espaços.



O caso expõe exatamente o que a superintendente da CONESP planejava transformar enquanto gestora pública: velhas práticas autoritárias e disciplinadoras praticadas pelos adultos na relação com a criança, guiadas por certos programas/crenças e/ou ações que ocorrem silenciosamente no interior das arquiteturas escolares como já foi dito anteriormente, a repetição aqui é proposital pois é o principal elemento que dificulta a implantação de qualquer abordagem coletiva-participativa e inclusiva no interior da arquitetura escolar.

A oportunidade de coordenar a construção de uma escola nova no mesmo terreno da antiga, enquanto esta funcionava em pleno vapor, abriu um flanco na política de padronização que já vinha sendo implantada pelo Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) e teve um acirramento quando este foi substituído pela criação da Companhia Estadual de Construção Escolar (CONESP) onde a arquiteta passa a ocupar o cargo de diretora substituta. Na caixa de número 26¹² tomamos contato a partir da leitura de seus relatórios, em especial um texto preparatório para uma de suas reuniões de orientação com arquitetos dos escritórios terceirizados, onde escreve que padronizar não deve ser confundido com engessar, uniformizar e repetir sem critério um modelo que desconsidere as necessidades locais e regionais. Tanto para poder discutir que as vezes é necessário justificar uma mudança de material utilizado a partir do projeto inicial proposto pelo governo, e até a necessidade de adequação do desenho. Ao final do relatório enfatiza: “[...] o padrão é um projeto base”. A recomendação vem pelo fato de a superintendente perceber que durante a execução de uma planta padrão, esta muitas vezes deixa de ser vista como um projeto base, uma diretriz e acaba sendo replicada como uma receita acabada, um modelo fechado, mesmo que não funcione bem nas diferentes realidades territoriais e humanas. Veja que esse fato percebido nos anos setenta ainda hoje é uma realidade, e não só na área da construção de equipamentos mas também na uniformização de sistemas curriculares e metodologias de ensino. Sua preocupação central é que procedimento e projetos públicos não sejam replicados sem critério, como ação mecânica e sem envolvimento mínimo da comunidade usuária do

¹² Armazenada no Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda – Fundação Perseu Abramo.



equipamento público. Ou seja: comandar a máquina pública, adotar certas sistematizações para possibilitar a ampliação do atendimento e diminuir prazos de entrega não pode limitar e engessar o projeto e acima de tudo não pode de forma alguma afetar a qualidade final e o objetivo maior que é o desenvolvimento integral possibilitado pela construção ou ampliação de uma escola ou pela implantação de um sistema de ensino, se referindo ao fato que atualmente não se constroem mais escolas, com raras exceções, e que essa rede que utilizamos foi toda construída a partir dos anos setenta com pouca possibilidade de intervenções, ampliações, mudanças, reestruturações. No máximo o que temos são reformas que não permitem mexer com as estruturas. Isto quando a unidade escolar recebe orçamento suficiente para as adequações. E quase sempre sem qualquer consulta aos usuários, com decisões hierarquizadas em que as vezes nem a gestão escolar pode opinar.

Ela, Lima, notou que a ampliação da escala de atendimento é positiva por um lado, mas que sofre riscos de perda de qualidade e negação das diferenças, sejam climáticas, culturais ou sociais. A recomendação a nosso ver, serve tanto para o bem material como para o imaterial. Além dos princípios da pesquisa participante, pesquisa-ação, encontramos em algumas caixas do acervo, livros que foram lidos para embasar a criação do método, tais como: Metodologia de Co-gestão de empresas, formação de comitês participativos, direitos humanos, psicologia do trabalho entre outros. Estas teorias podem ser revisitadas na contemporaneidade para organizar, por exemplo, comitês inclusivos nas escolas, ideia que pretendemos abordar como desdobramentos da pesquisa.

Ainda sobre a experimentação na E.E. João Kopke, os registros e relatos servem como base para o desenvolvimento de cadernos norteadores de ações participativas que promovam transformações positivas no interior da escola. A partir dessa experiência, é possível entender que Arquitetura não é apenas um amontoado de paredes, escadas e ambientes compartimentados, e não pode continuar sendo vista como um pano de fundo inerte, sem vida, insípido e inodoro, separado do processo de ensino e aprendizagem. Pallasmaa (2016, p.5), afirma que "[...] todo edifício público institucional é um lar, em espanhol, 'hogar'.

Ao considerar a criança na arquitetura, Lima guiou-se pela teoria construtivista de Piaget, que foi fundamentada principalmente na observação de seus próprios filhos. Essa base permitiu a formulação de sua teoria sobre percepção consciente e desenvolvimento cognitivo. Um dos trabalhos mais relevantes de Piaget resultou no livro "A Origem das Ideias" (1936), que explora como as crianças desenvolvem a percepção e a compreensão do mundo. Nele, o autor defende que toda ação sobre a materialidade amplia o conhecimento ou atua sobre sua limitação.

Lima esforçou-se para dar continuidade as suas convicções mesmo durante os tempos de chumbo da Ditadura Militar. Após ter sido presa e torturada pelo regime, ao reconquistar sua liberdade manteve vivo seu posicionamento político-pedagógico sobre transformar as escolas em espaços de liberdade, direito suprimido pelo golpe que ainda precisa ser fortalecido.

Num depoimento colhido¹³ junto a uma profissional que atuou como membro de sua equipe na CONESP, obtivemos a seguinte expressão: "[...] atuar com as crianças, para Mayumi, era uma atitude política sofisticada, uma espécie de profissão de fé. Ela apostava no desenvolvimento do Brasil e na reconstrução da democracia a partir do olhar sem amarras, livre e sensível da criança".¹⁴

Herling (2021) afirma que ela olhava cada escola como possível espaço de educação para a liberdade. Neste sentido sua práxis dialoga com as propostas da educação libertadora de Paulo Freire. Inclusive ambos se encontraram e trabalharam juntos, no final dos anos oitenta ocupando cargos em pastas de gestão na prefeitura de São Paulo durante o mandato da prefeita e assistente social Luiza Erundina. Freire como Secretário de Educação e Mayumi primeiramente como Diretora do Departamento de Edificações da Secretaria de Serviços e Obras (EDIF), contribuindo para a implantação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários (CEDEC) e

¹³ Nos meses de agosto e setembro de 2024 realizamos na Universidade São Judas Tadeu, lives denominadas: Ciclo de Conversa sobre Mayumi Souza Lima convidando profissionais que atuaram ao seu lado com arquitetura escolar.

¹⁴ Depoimento da professora Dr^a Tereza Herling da Universidade Mackenzie colhido em 23/08/2024.



depois sendo nomeada Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Municipal de Urbanização EMURB). (Buitoni, 2009; Herling, 2021; Lima, 1995).

A noção de pertencimento proposta pela PdE, reduz a herança autoritária da Ditadura Militar no Brasil que durou 21 anos (1964 e 1985). O regime foi marcado por violação de direitos humanos, censura e tortura. A abordagem concebida por Lima emerge como uma metodologia que transcende a concepção tradicional da arquitetura escolar, posicionando o espaço físico como parte integrante das práticas pedagógicas e do desenvolvimento inclusivo.

Ao alinhar os fundamentos dessa abordagem com as demandas do AEE, presente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), abre-se uma possibilidade inovadora de criar ambientes educacionais mais acessíveis e participativos, atendendo às particularidades do PEE durante todo o turno escolar, e não apenas no contraturno, como ocorre nos poucos casos que conseguem acesso a esse serviço. As SRMs, estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), representam um avanço na garantia de suporte pedagógico especializado. No entanto, essas salas, muitas vezes limitadas ao contraturno escolar, podem ser percebidas de forma isolada do contexto geral da escola.

A PdE, ao enfatizar o envolvimento dos usuários coletivizados na qualificação e/ou concepção de ambientes acessíveis, propõe uma extensão dessas práticas para todo o espaço escolar, transformando-o em um ambiente integrado, inclusivo, acolhedor e usado pelo maior número de pessoas possíveis. Esse enfoque reforça a ideia de que a inclusão deve ir além das SRMs, permeando toda a vivência educacional do PEE no turno.

O princípio participativo, central à PdE, também dialoga diretamente com o objetivo do AEE de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais. A metodologia de Lima oferece um arcabouço teórico e prático que potencializa o papel da escola como espaço de acolhimento e desenvolvimento. Por meio de oficinas e práticas coletivas que incluem estudantes, docentes e gestores, a proposta de Lima fomenta assim, a criação de soluções adaptativas que respeitam as especificidades do PEE, promovendo um conforto ambiental que vai além das adaptações básicas de acessibilidade, incorporando elementos de design universal e interatividade que impactam no conjunto de usuários.



Além disso, ao considerar o ambiente escolar como um espaço de formação contínua, a PdE pode ser integrada ao currículo do AEE, estimulando práticas pedagógicas que envolvam tanto professores de classe comum quanto especialistas em Educação Especial. Essa integração fomenta uma compreensão mais ampla da importância da inclusão na perspectiva do espaço, fortalecendo a capacidade da escola de atender às múltiplas dimensões das necessidades dos estudantes com ou sem deficiência.

Portanto, a articulação entre a PdE, o AEE e as SRMs potencializa, portanto, a construção de uma educação especial e inclusiva que valoriza a coletividade e o protagonismo dos usuários, transformando as escolas em espaços de verdadeira convivência democrática e inclusão social.

Resultados

O artigo conclui que a abordagem espacial de Lima representa uma ferramenta essencial na inclusão do PEE, expandindo sua atuação para além das SRMs. Ressalta-se que o ambiente físico não deve ser apenas um suporte, mas um componente ativo no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo diretamente para a construção de práticas inclusivas durante todo o turno escolar. Essa perspectiva não só fortalece a autonomia e participação do PEE, mas também beneficia, por extensão, o conjunto de usuários coletivizados, ampliando o impacto da inclusão no ambiente construído. A interseccionalidade entre arquitetura escolar e educação inclusiva qualifica e aprofunda a compreensão das múltiplas dimensões da inclusão, reforçando a necessidade de um olhar ampliado que contemple todas as faces da diversidade escolar.

Considerações Finais

A PdE criada pela arquiteta e educadora Mayumi Watanabe Souza Lima, a partir da experiência oportunizada na E.E. João Kopke, revela a necessidade urgente da adoção de uma abordagem democrático-participativa na perspectiva da ocupação da



arquitetura escolar, visando a construção em rede do atendimento inclusivo a partir da noção de que a inclusão é responsabilidade de toda a comunidade escolar e não somente dos profissionais da educação.

É fundamental incentivar um olhar que integre as relações humano-espaciais no atendimento de todos os usuários coletivizados, com especial atenção ao PEE, recém-incorporado a uma arquitetura não projetada para ele. Além disso, a PdE, como abordagem transversal, pode impactar a formação democrática docente, ampliando a compreensão do espaço como parte ativa da inclusão e não apenas como suporte para relações de ensino e aprendizagem.

Como abordagem da pesquisa-ação e da pesquisa-participante, a metodologia não deve ser replicada como fórmula, evitando a tecnoburocratização do saber. Seu propósito central é transformar a transmissão vertical do conhecimento em uma prática colaborativa e participativa, que humaniza a ambiência escolar e gera resultados mais efetivos no atendimento inclusivo-espacial do PEE.

Se bem aplicada, poderá revelar a interação entre as limitações individuais e as barreiras sociais, físicas e atitudinais presentes na sociedade e no ambiente escolar, desvendando que a deficiência não é a maior limitação a ser vencida. O incentivo à criação coletiva de ambientes acessíveis em todos os cantos da escola, reforça a ideia de que o atendimento inclusivo deve ter as SRM como apoio e polo irradiador de ações e não como ambiente exclusivo ao atendimento do PEE.

A aplicação das teorias construtivistas de Piaget reforça a importância de uma educação vivenciada para o desenvolvimento integral dos estudantes e destaca que a arquitetura em sua materialidade e imaterialidade deve ser parte do processo de ensino e aprendizagem, não apenas um pano de fundo.

A abordagem participativa visa transformar escolas em espaços de liberdade e interação, reduzindo a herança autoritária que também constitui uma barreira e promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo, fundamental para a qualificação da ambiência e consequentemente da permanência.



A trajetória de Lima, sua coragem e perseverança mesmo em tempos adversos, evidencia que a transformação das escolas em espaços de liberdade e participação não é apenas uma utopia, mas uma meta alcançável com compromisso, pesquisa e inovação.

A partir dos resultados e reflexões apresentados, identificam-se várias possibilidades para a continuidade e expansão de futuras pesquisas. Primeiramente, a aplicação prática da PdE em escolas da rede regular de ensino pode ocorrer em uma etapa posterior, explorando sua eficácia na construção coletiva de ambientes acessíveis. Essa aplicação pode incluir a criação de comitês inclusivos bipartites, reunindo gestores, professores, estudantes e membros da comunidade para planejar a inclusão a partir da perspectiva espacial.

Além disso, seria relevante investigar como os princípios dessa metodologia podem ser incorporados ao currículo do AEE, promovendo uma formação docente que reconheça o ambiente escolar como um todo e o posicione como agente ativo no processo de inclusão. Estudos comparativos entre escolas que adotaram a PdE e aquelas que mantêm práticas tradicionais poderiam oferecer insights valiosos sobre os impactos dessa abordagem na qualidade da inclusão e na satisfação dos usuários.

Outra possibilidade é aprofundar a análise dos registros históricos e relatórios de Lima, buscando identificar estratégias específicas que possam ser adaptadas às demandas contemporâneas da educação inclusiva. Isso inclui a criação de materiais didáticos e guias práticos para educadores que desejam implementar a PdE em seus contextos.

Por fim, pesquisas interdisciplinares envolvendo arquitetura, educação especial e psicologia podem ampliar a compreensão sobre como as interações humano-espaciais influenciam o aprendizado e o desenvolvimento do PEE. Tais estudos contribuiriam não apenas para a qualificação da ambiência escolar, mas também para o fortalecimento da perspectiva biopsicossocial da deficiência, promovendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Acreditamos que essas perspectivas futuras poderão solidificar ainda mais o legado de Lima, transformando a escola em um espaço verdadeiramente democrático, participativo e inclusivo, capaz de atender às demandas do presente e inspirar práticas inovadoras para o futuro da educação. Esperamos assim quem essa escrita possa instigar os leitores a adentrarem o universo da arquitetura escolar Mayumi Watanabe Souza Lima e sua Pedagogia do Espaço para assim tomar parte na construção da escola democrático-participativa-inclusiva.

Referências

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI/MEC.** 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BITTONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-26072024-102814/pt-br.php>. Acesso em: 29 out. 2024.

FOGAÇA, F. F. S. **Metodologia de Pesquisa em Educação Especial.** Santo André: Editora UFABC, 2022.

GABRILLI, Mara. **Desenho Universal: um conceito para todos.** 2016. Disponível em: https://maragabrilli.com.br/wpcontent/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

HERLING, Tereza; RIBEIRO, Beatriz. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. A construção da escola para liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128-142, 2021. DOI: 10.5935/cadernos.

KANAMARU, A. T. **São Paulo**. Design de mobiliário em escola pública: produção, uso e pós-uso. 2006. 259 p.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIMÉ, Adriana. **Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2022.

LIMA, Mayumi Watanabe Souza. **Arquitetura e Educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LIMA, Mayumi Watanabe Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, Mayumi Watanabe Souza. A Criança e a Percepção do Espaço. **Cadernos da Fundação Carlos Chagas, n. 21**, São Paulo, 1979.

MARINS, Kéren-Hapuque Cabral de; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Avaliação de um programa de tutoria por pares na perspectiva da educação inclusiva. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e07218, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2016.

Revista GESTO-DEBATE, Campo Grande - MS, vol.25, n. 05, p.76-94, jan/dez 2025.

PIAGET, Jean. **A Origem das Ideias**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **Fundamentos históricos e conceituais da educação especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade**. 2014.

SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivaleta; COSTA, Laureane Marília de Lima. **Estudos da deficiência na educação: antipacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado**. Florianópolis: UDESC, 2022.

Recebido em: 17/04/2025

Aceito em: 26/05/2025

Publicado em: 11/06/2025

Total de Avaliadores: 02